

Desilusão perigosa

Os trabalhos da CPI do Orçamento renovaram, na maior parte da opinião pública, o sentimento que aflorou durante o processo que culminou com o impeachment do então presidente Fernando Collor: uma revitalização ética do País, uma sensação de dignidade resgatada, de confiança nas instituições e de otimismo em relação aos destinos da Nação a despeito da persistência das terríveis dificuldades econômicas. Uma série de fatos registrados nos últimos dias ameaçam reverter esse quadro no que seria uma decepção nacional cujas consequências seriam muito mais graves que um abalo psicossocial. Eventualmente resultariam numa ameaça à democracia.

Pode parecer que, exposto nos termos em que aparece anteriormente, o quadro esteja sendo pintado com cores demasiado fortes, que se estaria dramatizando uma situação que não seria tão grave até porque não escaparia a viciosa rotina política do País. Uma análise mais detida, porém, indicaria que o momento é delicado. Os primeiros desdobramentos da descoberta da adulteração do relatório da CPI do Orçamento e da exclusão dos nomes de dois parlamentares a respeito dos quais era recomendado que a Câmara prosseguisse com as investigações confirmam a avaliação feita no editorial publicado na edição de ontem do Jornal de Brasília. Mais uma vez, rapidamente, surge uma explicação técnica para a adulteração no sentido de torná-la involuntária, sem dolo. Mais uma vez, contudo, o engano beneficia alguém, no caso, um dos mais claramente implicados nas irregularidades investigadas.

Ao mesmo tempo, o relator confirmava, dos Estados Unidos, onde se encontra em merecido descanso, os termos de versão divulgada originalmente, inclusive no que dizia respeito à necessidade de prosseguir com as investigações relativas aos dois deputados. E revelava sua preocupação no sentido de que o fato seja explorado com o objetivo de evitar as punições dos corruptos. “Vão fazer tudo para abalar a credibilidade da CPI”, comentou. O lamentável é que o pró-

prio Legislativo é quem fornece os elementos para a desmoralização. A situação é agravada pelo erro da Mesa da Câmara (que mais uma vez resulta em benefícios para alguém) cuja consequência é a ampliação injustificada do prazo de defesa dos acusados.

CPI à parte, outros fatos contribuem para o descrédito popular nas instituições. Interesses que não são os gerais da Nação e compromissos que pouco têm a ver com o futuro do País levaram setores políticos a sabotarem a apreciação de algumas das Medidas Provisórias que integram o plano econômico do Governo. Note-se que não foi uma oposição frontal, legítima e leal, mas manobras que impediram a votação. Com isso, a menos que uma alternativa às propostas contidas nas MPs seja encontrada rapidamente, o programa de ajuste do Executivo estará comprometido, isso quando o Brasil convive com uma inflação que já ultrapassa os 40% ao mês, num ano eleitoral — ingredientes perfeitos para fazer fermentar as iniciativas aventureiras e antidemocráticas.

Em meio a um cenário tão conturbado — inclusive devido aos tropeços de uma revisão constitucional que não é ilegítima como apregoam alguns, mas tampouco a panacéia que outros afirmam, gerando, em conjunto, rejeições e expectativas infundadas — dos dois principais partidos de sustentação do Governo, na medida que o integram, ao invés de se empenharem na busca da governabilidade e da garantia de estabilidade política, dedicam-se a discutir um programa de governo e a possibilidade de lançar um candidato único nas eleições deste ano. Para o completar, articula-se a indicação de Betinho para Prêmio Nobel com respaldo oficial. Não que o sociólogo não mereça ter reconhecido seu fantástico trabalho de combate à miséria, mas a verdade é que esta não será extinta com prêmios nem com uma inflação de 40% ou ainda com assaltantes de cofres públicos legislando em causa própria. Se não for por motivos éticos, que seja por razões econômicas e políticas: é preciso ter claro os riscos de se iludir a uma população submetida a tantas adversidades.